

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1 A presente licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para Contratação de serviços de telefonia fixa comutada local com discagem direta a ramal e de serviços de telefonia convencional, necessários a atender as demandas dos diversos Campi do Instituto Federal do Paraná., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 Os serviços de telefonia objeto deste processo são essenciais para a Administração, no instante em que atendem a necessidade de permanente comunicação entre pessoas que integram a própria Administração, bem como entre os membros da Administração e o público externo em geral.

1.3 Os serviços de telefonia fixa, por sua natureza, devem ser executados de forma indireta, continuamente e contratados seguindo-se os rigores legais, pelas empresas autorizadas.

1.4 Justifica-se a adoção da modalidade licitatória Pregão em sua forma eletrônica, por tratar-se de serviço comum de acordo com a o art. 1º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

1.5 O critério de julgamento será o “**Menor Valor por GRUPO**”, conforme tabela I que segue.

1.6 Regime de execução indireta: Empreitada por preço unitário.

1.7 Adjudicação do Objeto: Por Grupo

1.6 Não serão aceitas propostas com valores acima do valor estimado do grupo

1.7 Os locais de prestação dos serviços serão:

UNIDADE		LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
1	Campus Londrina Unidade Centro	Rua João XXIII, 600 - Jardim Dom Bosco, Praça Horace Well. CEP: 86060-370 - Londrina/PR
2	Campus Londrina Unidade Norte	Bloco Didático Nova Sede - Avenida da Liberdade, Nº 855 conjunto Ruy Virmond Carnascialli, zona norte da cidade – Londrina - Paraná CEP: 86077-080

TABELA I – ITENS E QUANTIDADE

UNIDADE CENTRO								
GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/MÊS	UN. MEDIDA	PREÇO ESTIMADO	SUB TOTAL MENSAL	VALOR ANUAL(X12)	VALOR TOTAL GRUPO 01
1	1	Instalação do entroncamento digital E1 com 30 canais	1	Ordem de Serviço	R\$ 1.411,59	R\$ 1.411,59	R\$ 1.411,59	
		Assinatura de Discagem Direta a Ramal DDR (módulos com 100 ramais)	1	Unidade	R\$ 1.544,18	R\$ 1.544,18	R\$ 18.530,20	
		Ligações Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Local	500	Minutos	R\$ 0,13	R\$ 65,00	R\$ 780,00	
		Ligações Serviço Telefônico Fixo-móvel na modalidade Local	500	Minutos	R\$ 0,71	R\$ 355,00	R\$ 4.260,00	
		Ligações Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade LDN -DDD	400	Minutos	R\$ 0,38	R\$ 152,00	R\$ 1.824,00	
		Ligações Serviço Telefônico Fixo-móvel na modalidade LDN -DDD	40	Minutos	R\$ 0,94	R\$ 37,60	R\$ 451,20	

1	LIGAÇÕES SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO-FIXO NA MODALIDADE LDI - DDI		10	Minutos	R\$ 3,72	R\$ 37,20	R\$ 446,40	R\$ 55.406,78
	Faturas via Web (Boleto em PDF, exportação das contas detalhadas para EXCEL E TXT)		1	Unidade				
	VALOR TOTAL ANUAL UNIDADE CENTRO						R\$ 27.703,39	
	UNIDADE NORTE							
	ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/MÊS	UN. MEDIDA	PREÇO ESTIMADO	SUB TOTAL MENSAL	VALOR ANUAL(X12)	
	2	Instalação do entroncamento digital E1 com 30 canais	1	Ordem de Serviço	R\$ 1.411,59	R\$ 1.411,59	R\$ 1.411,59	
		Assinatura de Discagem Direta a Ramal DDR (módulos com 100 ramais)	1	Unidade	R\$ 1.544,18	R\$ 1.544,18	R\$ 18.530,20	
		Ligações Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Local	500	Minutos	R\$ 0,13	R\$ 65,00	R\$ 780,00	
		Ligações Serviço Telefônico Fixo-móvel na modalidade Local	500	Minutos	R\$ 0,71	R\$ 355,00	R\$ 4.260,00	
		Ligações Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade LDN -DDD	400	Minutos	R\$ 0,38	R\$ 152,00	R\$ 1.824,00	
Ligações Serviço Telefônico Fixo-móvel na modalidade LDN -DDD		40	Minutos	R\$ 0,94	R\$ 37,60	R\$ 451,20		
LIGAÇÕES SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO-FIXO NA MODALIDADE LDI - DDI		10	Minutos	R\$ 3,72	R\$ 37,20	R\$ 446,40		
Faturas via Web (Boleto em PDF, exportação das contas detalhadas para EXCEL E TXT)		1	Unidade					
VALOR TOTAL ANUAL UNIDADE NORTE						R\$ 27.703,39		

VALOR TOTAL DO GRUPO 1: R\$ 55.406,78

2.DEFINIÇÕES

Para efeito deste Termo de Referência, devem ser consideradas as seguintes definições:

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas;

Acesso (Ac) ou linha: nome genérico para identificar os dispositivos que a prestadora de STFC – modalidade local – oferece ao usuário para que este utilize os serviços oferecidos;

Acesso direto (AD): acesso analógico individual que, no interior das instalações do CONTRATANTE, realiza-se por intermédio de par metálico;

Anatel: Agência Nacional de Telecomunicações;

Área local: área geográfica contínua de prestação de serviços, definida pela Anatel, segundo critérios técnicos e econômicos, onde é prestado o STFC na modalidade local;

Assinante: pessoa física ou jurídica que firma CONTRATO com a prestadora, para fruição do serviço;

Assinatura: valor mensal devido pelo assinante por ter ao seu dispor o STFC nas condições previstas no Plano de Serviços ao qual está vinculado;

Código de acesso: conjunto de caracteres numéricos ou alfanuméricos estabelecido em plano de numeração, que permite a identificação de assinante de terminal ou de serviço a ele vinculado;

Código de área: número de dois dígitos, identificador de uma área onde a comunicação entre terminais prescinde de utilização de prestadora de SLDN;

Código de Seleção de Prestadora (CSP): conjunto de caracteres numéricos que permite ao usuário escolher a prestadora do STFC de longa distância nacional ou internacional;

Central Privativa de Comutação Telefônica (CPCT): equipamento de comutação telefônica do assinante;

CONTRATADO: pessoa jurídica signatária do CONTRATO com o IFPR, oriundo do presente certame licitatório;

CONTRATANTE: Instituto Federal do Paraná - IFPR;

CONTRATO: instrumento que estabelece as obrigações recíprocas entre o Contratante e o Contratado;

FISCALIZAÇÃO: composta de servidor – podendo ser assistido por equipe do próprio CONTRATANTE ou de terceiros contratados – que representará o IFPR perante o Contratado e a quem esta deverá reportar-se durante a execução do CONTRATO;

Item: cada uma das parcelas em que se divide o objeto desta licitação;

Subitem: cada um dos serviços que caracteriza o item;

Licitante: pessoa jurídica participante do certame licitatório;

Licitante Vencedor: Licitante habilitado neste procedimento licitatório e detentor da proposta mais vantajosa para um determinado item, fazendo jus à adjudicação do mesmo;

Níveis de serviço: Critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos pela CONTRATANTE com a finalidade de aferir e avaliar fatores relacionados com os serviços contratados, tais como qualidade, desempenho, disponibilidade, custos, abrangência e segurança. Para mensurar esses fatores serão utilizados indicadores, para os quais são estabelecidas metas quantificáveis a serem cumpridas pela CONTRATADA.

Orçamento Estimativo: tabela de caráter informativo, contendo o orçamento elaborado pelo CONTRATANTE;

Perfil de tráfego: quantitativo médio estimado, em minutos, de ligações telefônicas efetuadas, em função do horário e do destino;

Plano de Serviços: documento em que a prestadora, perante a Anatel, descreve as condições de prestação do serviço quanto às suas características, ao seu acesso, à manutenção do direito de uso, à utilização de serviços eventuais e suplementares a ele inerentes, às tarifas ou preços associados e às regras e critérios de sua aplicação; podendo ser “Básico” ou “Alternativo”;

Pregoeiro: responsável pela coordenação do procedimento licitatório e a quem serão encaminhadas todas as dúvidas suscitadas pelos licitantes;

Prestadora: pessoa jurídica que, mediante concessão, permissão ou autorização, presta o STFC;

Proposta do Licitante: documento que formaliza a proposta de preços do licitante, baseado nos dados constantes no Orçamento Estimativo;

Região I: área integrada pelas seguintes unidades da federação: AL, AM, AP, BA, CE, ES, MA, MG, PA, PB, PE, PI, RJ, RN, RR, SE;

Região II: área integrada pelas seguintes unidades da federação: AC, DF, GO, MS, MT, PR, RO, RS, SC, TO;

Região III: área integrada por SP;

Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC): serviço disponibilizado pela prestadora, visando facilitar a comunicação com o usuário;

Serviço de Telecomunicações: serviço que, por meio de transmissão de voz e outros sinais, destina-se à comunicação entre dois pontos determinados;

Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC): serviço de telecomunicações destinado à comunicação entre terminais, em que a origem das conexões ocorre em terminais fixos;

Serviço Telefônico Local: modalidade de STFC destinado à comunicação entre terminais situados em uma mesma área local ou em localidades distintas que possuam tratamento local, incluindo comunicações fixo-fixo e fixo-móvel;

Serviço de Longa Distância (SLD ou LD): modalidade de STFC destinada à comunicação entre terminais situados em áreas locais distintas, podendo ser Nacional ou Internacional;

Serviço de Longa Distância Nacional (SLDN ou LDN): modalidade de STFC destinada à comunicação entre terminais situados em áreas locais distintas, no território nacional, e que não pertençam a localidades que possuam tratamento local, incluindo comunicações fixo-fixo e fixo-móvel;

SLDN Intra-Regional: caracterizado pela comunicação entre terminais localizados em uma mesma região, podendo ser “Intra-código” e “Inter-código”;

SLDN Inter-Regional: caracterizado pela comunicação entre terminais localizados em regiões distintas;

SLDN /Intra-código: caracterizado pela comunicação entre terminais cujas dezenas dos respectivos códigos de área são idênticas;

SLDN /Inter-código: caracterizado pela comunicação entre terminais cujas dezenas dos respectivos códigos de área são distintas;

Serviço de Longa Distância Internacional (SLDI ou LDI): modalidade de STFC destinada à comunicação, entre um terminal originador situado em território nacional e outro terminal localizado no exterior, incluindo comunicações fixo-fixo e fixo-móvel;

Tarifas de acesso: valores correspondentes à manutenção da disponibilidade do acesso telefônico para fruição contínua do serviço;

Tarifas ou preços de utilização: valores correspondentes aos diferentes usos do STFC, por unidade de medição;

Terminal: equipamento ou aparelho que possibilita o acesso do usuário ao STFC;

Telecomunicação: é a transmissão, emissão ou recepção, por fio, rádio-eletricidade, meios ópticos ou qualquer outro processo eletromagnético, de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza;

Unidade da Federação (UF): estados da federação e o Distrito Federal;

Usuário: pessoa que se utiliza do STFC, independentemente de assinatura ou inscrição junto à prestadora do serviço.

Modelo Central Telefônica Unidade Centro: Central Intelbras 141 Digital. Possui capacidade para atender até 46 linhas e 96 ramais

Modelo Central Telefônica Unidade Norte: Impacta 68i, Equip c/E1, 19 ramais analógicos e 01 digital

3.DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 Os serviços a serem executados deverão obedecer às seguintes regulamentações:

- Especificações constantes deste documento;
- Normas e regulamentos da Anatel;
- Normas da ABNT;
- Disposições legais da União;
- Regulamentos das empresas concessionárias e autorizadas; § Prescrições e recomendações dos fabricantes de equipamentos; § Normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT.
- Legislação Brasileira.

3.2 Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das informações ora fornecidas deverão ser, antecipadamente, objeto de impugnação e não poderão constituir pretexto para o CONTRATADO pretender cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários. O CONTRATADO será considerado como especializado nos serviços em questão e, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nestas especificações técnicas, mas implícitos e necessários à perfeita prestação dos serviços.

3.3. Após a adjudicação do objeto da licitação, não será levada em conta qualquer reclamação ou solicitação, seja a que título for, de alteração dos preços constantes da proposta do CONTRATADO.

3.4 O CONTRATADO interromperá, total ou parcialmente, a execução dos trabalhos sempre que:

- assim estiver previsto e determinado no contrato;
- for necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos do contrato e de acordo com as especificações técnicas;
- houverem influências atmosféricas sobre a qualidade ou a segurança dos trabalhos na forma prevista no contrato;
- a FISCALIZAÇÃO assim o determinar ou autorizar por escrito.

3.5 O CONTRATADO não divulgará e nem fornecerá informações ou dados obtidos em razão deste contrato e não utilizará o nome do INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com prévia e expressa autorização.

3.6 O CONTRATADO cuidará para que os serviços a serem executados acarretem a menor perturbação possível aos serviços públicos, às vias de acesso, e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacente ao IFPR.

4.ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

4.1. As presentes especificações visam à contratação de 30 (trinta) canais digitais E1, para interligação de Central PABX, com a rede de telefonia local e a contratação de serviços de telefonia fixa comutada local, longa distância nacional e internacional, ramal analógico direto, conforme descrito nos itens seguintes.

4.2. Os itens licitados serão instalados nos respectivos endereços indicados no APÊNDICE A. Sendo que poderá haver mudanças de endereços nos locais onde o IFPR esteja em local temporário. Cabe a cada licitante verificar e confirmar os endereços listados no APÊNDICE A antes da efetiva instalação dos serviços.

4.3. Os licitantes não poderão alegar mudança de valores devido a endereços não localizados ou não identificados corretamente pelos licitantes.

4.4. Deverá ser prestado suporte técnico em período integral, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana, com atendimento imediato em caso de falha, nos entroncamentos, nas centrais da concessionária local de telefonia fixa ou nos equipamentos de conexão fornecidos pelo contratado e instalados nas dependências físicas do IFPR.

4.5. A interligação dos entroncamentos em fibras ópticas a serem fornecidos tanto com as Centrais PABX, como com a rede local de telefonia fixa ocorrerá por conta da licitante.

4.5.1. Nas localidades onde não contempla a fibra óptica, aceitar-se-á par metálico, desde que comprovado tecnicamente a inviabilidade da implementação da fibra óptica.

4.6 A empresa contratada deverá realizar portabilidade numérica dos telefones do IFPR.

4.7. O prazo de instalação será de até 45 dias corridos, a contar da assinatura do contrato.

5.DISPONIBILIDADE DOS SERVIÇOS

5.1 O serviço deverá estar disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, todos os dias do ano.

5.2 O serviço será considerado indisponível quando estiverem inoperantes quaisquer dos feixes E1. A indisponibilidade será contada a partir da notificação da FISCALIZAÇÃO sobre a ocorrência de interrupção até

o restabelecimento dos serviços às condições normais de operação.

5.3. Não serão consideradas indisponibilidades as interrupções programadas previstas em lei e aquelas de responsabilidade do IFPR.

5.4. Na ocorrência de indisponibilidade dos serviços, o prazo máximo para reparo/restabelecimento será de 04 (quatro) horas.

5.5. Para efeito de descontos, o tempo de indisponibilidade deverá ser considerado entre o início da indisponibilidade e a sua total recuperação.

5.6. No caso de indisponibilidade reincidente num período inferior a 8 (oito) horas, contado a partir do restabelecimento do circuito da última indisponibilidade, será considerado como tempo de indisponibilidade do serviço o início da primeira indisponibilidade até o final da última indisponibilidade, quando os circuitos estiverem totalmente operacionais.

5.7. Deverão ser efetuados testes de verificação de qualidade de transmissão, pela concessionária do serviço, sempre que houver solicitação do IFPR, sem custos adicionais.

5.8 A Central de Assistência Técnica da concessionária será dotada de telefone com discagem gratuita (DDG) e deverá estar à disposição do IFPR para recebimento de reclamações no período de 24 horas por dia, 7 dias por semana, todos os dias do ano.

5.9 Manutenção dos acessos com defeito: os serviços de assistência técnica serão realizados em qualquer horário, 7 (sete) dias por semana. Em caso de impedimento ao acesso de técnicos ao local da ocorrência, que seja de responsabilidade do IFPR, o tempo em que o técnico da concessionária permanecer impedido de realizar a manutenção será subtraído do prazo de reparo.

5.10 Interrupções programadas para manutenções preventivas deverão ser informadas com antecedência de, no mínimo, 3 (três) dias úteis à FISCALIZAÇÃO para que sejam acordados o horário e a data apropriada.

5.11 A CONTRATADA deverá fornecer as numerações dos telefones sem ônus para a CONTRATANTE para atender a demanda dos ramais.

5.12. Em caso de mudança de endereço a CONTRATANTE irá comunicar a CONTRATADA que deverá apresentar parecer de viabilidade técnica em documento no prazo máximo de 10 dias. Esta proposta de viabilidade deverá conter, caso seja viável, prazo para disponibilizar o mesmo serviço no local indicado e custos de instalação.

5.13. Os atuais números telefônicos do IFPR deverão ser mantidos (portabilidade). Fica a CONTRATADA responsável por realizar a portabilidade sem ônus ao IFPR.

6.LINHAS DIRETAS

6.1. Não existe um quantitativo de acessos diretos apresentado na planilha de formação de preço pois trata-se de uma solução inexistente no IFPR. Por esse motivo, não serão aceitas cobranças de linhas diretas.

7.UNIDADES DE TARIFAÇÃO

7.1. O presente Termo de referência baseia-se na tarificação por minutos;

7.2. Na hipótese de o licitante optar por outra unidade de tarificação, como pulso ou minutos tarifáveis, devem ser aplicadas as fórmulas de conversão apropriadas indicadas pela ANATEL.

8.DA AVALIAÇÃO DA CONTRATADA

8.1. O pagamento está condicionado à avaliação mensal de qualidade do objeto contratado, aos ditames do Acordo de Nível de Serviços;

8.2. O indicador será a “Nota Mensal de Avaliação” (NMA). A finalidade do indicador será a de permitir que a gestão e fiscalização contratual afirmem objetivamente e de forma contínua o nível de qualidade do serviço prestado pela CONTRATADA.

8.3. A meta a ser cumprida pela CONTRATADA será a obtenção de uma Nota Mensal de Avaliação (NMA) maior ou igual a 9,5.

8.4. A Gestão e/ou Fiscalização Contratual executarão a AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PELA CONTRATADA com base no Acordo de Níveis de Serviço (ANS) definido a seguir:

8.4.1. O indicador será a “Nota Mensal de Avaliação” (NMA);

8.4.2. A finalidade do indicador será a de permitir que a Gestão e/ou Fiscalização Contratual afirmem objetivamente e de forma contínua o nível de qualidade do serviço prestado pela CONTRATADA;

8.4.3. A meta a ser cumprida pela CONTRATADA será a obtenção de uma Nota Mensal de Avaliação (NMA) maior ou igual a 9,5;

8.4.4. O instrumento de medição utilizado será baseado no modelo de avaliação de prestação de serviços, anexo a este documento;

8.4.5. A forma de acompanhamento dar-se-á através da verificação, pela Gestão e/ou Fiscalização Contratual, da incorrência da CONTRATADA nas situações previstas na “Tabela de Ocorrências” a seguir:

Item	Descrição da Situação	Frequência	Pontos Perdidos
------	-----------------------	------------	-----------------

1	Entregar documento de cobrança em prazo superior a 30 dias úteis após o período de apuração do serviço realizado, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico	Por ocorrência	0,3 ponto
2	Cobrar indevidamente valores contratados.	Por documento de cobrança	0,5 ponto
3	Descumprir as obrigações delineadas no presente Edital .	Por ocorrência	0,5 ponto
4	Apresentar indisponibilidade do número telefônico indicado para registro de reclamações sobre o funcionamento do serviço	Por ocorrência	0,5 ponto
5	Descumprir quaisquer dos itens do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela de ocorrências	Por ocorrência	0,3 ponto
6	Descumprir quaisquer dos itens do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela de ocorrências, após reincidência notificada por escrito pela Gestão Contratual	Por ocorrência	1,0 ponto
7	Deixar de reapresentar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a devolução do documento de cobrança, notas fiscais / faturas de serviço devolvidas por apresentarem erros e/ou inconsistências ou por estarem em desacordo com o previsto contratualmente	Por ocorrência	1,0 ponto
8	Não iniciar a execução do serviço dentro do prazo previsto	Por dia de atraso	0,3 ponto
9	Apresentar arquivo eletrônico em formato diferente do Por ocorrência especificado pelo IFPR (Apenas para o GRUPO 1).	Por ocorrência	1,0 ponto
10	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o serviço contratado	Por ocorrência	2,0 pontos

8.4.6. O procedimento de fiscalização e de gestão da qualidade do serviço prevê que, uma vez verificada a incorrência da CONTRATADA nas situações previstas na “Tabela de Ocorrências”, deverão ser descontados os pontos correspondentes;

8.4.7. A apuração dar-se-á com periodicidade mensal, após o encerramento de cada mês;

8.4.8. O mecanismo de cálculo da Nota Mensal de Avaliação (NMA) será a partir da fórmula: $NMA = 10 - \sum \text{pontos_perdidos}$

8.4.9. Os níveis de serviço passam a vigorar a partir da assinatura do contrato decorrente deste Edital.

8.5. A adequação do pagamento pelo não atendimento das metas estabelecidas prevista no art. 15, XVII, “c”, da Instrução Normativa No. 02/SLTI/MPOG, dar-se-á de acordo com a Nota Mensal de Avaliação (NMA) obtida pela CONTRATADA, considerando os critérios definidos a seguir:

8.5.1. A faixa específica de tolerância que ensejará adequações no(s) pagamento(s) da CONTRATADA e abaixo da qual a sujeitará às sanções legais será o intervalo compreendido entre uma Nota Mensal de Avaliação (NMA) menor que 9,3;

8.5.2. Nota Mensal de Avaliação (NMA) menor que 9,5 e maior ou igual a 9,3 sujeitará a CONTRATADA a simples notificação;

8.5.2.1. Em caso de reincidência em meses consecutivos fica a CONTRATADA obrigada a multa de 1% do valor faturado a cada décimo de ponto perdido abaixo de 9,5 e acima ou igual a 9,3.

8.5.3. Nota Mensal de Avaliação (NMA) menor que 9,3 e maior ou igual a 8,3 sujeitará a LICITANTE VENCEDORA a adequação no pagamento devido correspondente a 1% do valor faturado a cada décimo de ponto perdido abaixo de 9,3 e acima de 8,2.

8.5.3.1. O valor faturado corresponde aos custos dos serviços prestados durante o ciclo onde ocorreu a avaliação, mesmo que tais serviços sejam cobrados em momentos distintos;

8.5.3.2 Em caso de reincidência a CONTRATADA será notificada e em caso de não atendimento no período previsto em lei será aberto chamado junto a ANATEL.

8.5.3.3 Em caso de reincidência em meses consecutivos fica a CONTRATADA obrigada a apresentar comprovação de ações tomadas para mitigação de futuras reincidências.

8.5.4. Para NMA menor ou igual a 8,2 será cobrado multa 12%. No caso de reincidência, será aberto processo administrativo para punição da CONTRATADA podendo acarretar em registro de ocorrência no SICAF.

9.DA FATURA TELEFÔNICA

As faturas apresentadas mensalmente, preferencialmente em meio digital em formato que permita exportação para base de dados (nos formatos txt e/ou excel e/ou csv) deverão possuir o detalhamento completo das chamadas realizadas no ciclo de cobrança ao qual a fatura se refere.

O detalhamento deverá conter, para cada ligação no mínimo:

- tipo de ligação
- localidade de origem
- número do telefone de origem (com ramal)
- número do telefone de destino
- localidade de destino e duração da chamada e valor da ligação.

9.1 As faturas devem ser descentralizadas, emitidas individualmente e enviadas para cada local, conforme endereços do APÊNDICE A.

UNIDADE		LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
1	Campus Londrina Unidade Centro	Rua João XXIII, 600 - Jardim Dom Bosco, Praça Horace Well. CEP: 86060-370 - Londrina/PR
2	Campus Londrina Unidade Norte	Bloco Didático Nova Sede - Avenida da Liberdade, Nº 855 conjunto Ruy Virmond Carnascialli, zona norte da cidade – Londrina - Paraná CEP: 86077-080

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. São obrigações da Contratante:

- 10.1.1. Receber o no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 10.1.2. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço;
- 10.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 10.1.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 10.1.5 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do serviço e, ainda:
- 11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 11.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 11.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.5. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 14.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 14.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15. DO PAGAMENTO

- 15.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento

da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

15.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

15.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	$\frac{(6 / 100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-------------------------	--

16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1. As disposições acerca da garantia da execução são as discriminadas no Termo de Contrato.

18. A GARANTIA CONTRATUAL DO SERVIÇO

18.1. As disposições acerca da garantia contratual são as discriminadas no Termo de Contrato

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

19.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

19.1.5. Cometer fraude fiscal;

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

19.2.2. Multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

19.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

19.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

19.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

19.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

19.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da

proporcionalidade.

19.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

20.1. O custo estimado da contratação é de 55.406,78 (Cinquenta e Cinco Mil, Quatrocentos e Seis Reais e Setenta e Oito Centavos).

Identificação e assinatura do ordenador de despesas ou outra autoridade competente.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Rogério de Sant'Anna Lima
Chefe de Seção e Compras e Contratos
IFPR Campus Londrina

Sérgio Assis de Almeida
Diretor de Planejamento e Administração
IFPR Campus Londrina

APROVAÇÃO

Aprovo o presente Termo de Referência tendo em vista que foram atendidos os elementos técnicos para contratação do Objeto, baseado nas Justificativas e necessidades apresentadas pelas Unidades requisitantes, por meio das Requisições de Compras, e que foi utilizado o modelo de Termo de Referência disponibilizado pela AGU/CGU.

Marcelo Lupion Poleti
Ordenador de Despesas
IFPR Campus Londrina



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO ASSIS DE ALMEIDA, DIRETOR(a)**, em 25/03/2021, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO LUPION POLETI, Ordenador de Despesa**, em 26/03/2021, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROGERIO DE SANTANNA LIMA, Chefe de Seção**, em 26/03/2021, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1150681** e o código CRC **15DC8868**.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ |
LONDRINA/SECCON/LONDRINA/CA/LONDRINA/DIPLAD/LONDRINA/DG/IFPR/LONDRINA-
SECCON/LONDRINA
Rua João XXIII, nº 600, Londrina - PR | CEP CEP 86060-370 - Brasil